

Autoemprego e empreendedorismo de diplomados do Ensino Superior: percursos de (in)dependência profissional

Ana Paula Marques*

Resumo

A partir dos resultados do projeto de investigação “Percursos de inserção dos licenciados: relações objetivas e subjetivas com o trabalho” (PTDC/CS-SOC/098459/2008), o presente capítulo centrar-se-á nos percursos profissionais definidos a partir de uma relação de autonomia e independência contratuais percecionada pelos inquiridos oriundos da *coorte* de licenciados de 2004/05 da Universidade de Lisboa e Universidade Nova de Lisboa. Ao se aprofundar as dimensões de “autoemprego/ empreendedorismo”, propomo-nos, por um lado, captar a heterogeneidade de situações e perfis profissionais e, por outro, contribuir para uma discussão crítica dos conceitos de autoemprego, empreendedorismo/ criação de empresa à luz dos debates académicos e políticos sobre a crise de regulação do emprego (difusão de formas flexíveis de contratação) e sobre as medidas de combate ao desemprego.

Palavras-chave: Ensino Superior, transição profissional, autoemprego, empreendedorismo.

* Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA) – Universidade do Minho. Professora Associada, com Agregação, do Departamento de Sociologia da Universidade do Minho (amarques@ics.uminho.pt).

Introdução

Desde os anos noventa do séc. XX que se assiste a uma reestruturação em profundidade dos antigos modelos de transição profissional que espalha os jovens por itinerários profissionais incertos, flexíveis e reversíveis (Marques e Gaio, 2010; Gonçalves, 2009; Marques, 2007; Guerreiro e Abrantes, 2004; Galland, 1991), integrando-se, por isso, num movimento mais vasto de “crise de identidades” (Dubar, 2000) e de mudanças civilizacionais (Beck, Beck-Gernsheim, 2003; Sennett, 2001). No confronto com o mercado de trabalho cruzam-se razões não apenas de emancipação financeira face à família como, sobretudo, de pertença e identificação por via de obtenção de um estatuto profissional socialmente reconhecido. Deste prolongamento da entrada na vida ativa e manutenção de dependência familiar (não só em termos afetivos e residenciais, mas também em termos económicos), os jovens adiam projetos de vida privados e/ ou familiares com inscrições de materialização possíveis cada vez mais ténues e descontínuas.

Perante a imprevisibilidade dos jovens face ao futuro – frequentemente designada por “gerações de fronteira”, “gerações sanduíche”, “jovens adultos” ou, ainda, “geração-canguru” (Marques, 2006) -, os modelos atuais de transição têm assumido traços de “individualização” ou “modernização flexível” (Beck, Giddens e Lasch, 1994), em (des)articulação com os processos de “institucionalização” que configuram estruturas de oportunidades desiguais impulsionadas por políticas públicas e/ ou por lógicas de mercado.

Um dos exemplos mais relevantes consiste na importância do trabalho independente ou autoemprego¹ e, mais recentemente, do empreendedorismo. Enquanto modalidades flexíveis e/ ou “atípicas” de emprego em expansão, estas têm sido perspetivadas como uma via alternativa face à crise do emprego verificada na maioria dos países europeus (Gallie, 2007; Kovács, 2005; Rebelo, 2003; Paugam, 2000; Beck, 2000; Roulleau-Berger, 1999; Atkinson, 1987). Com efeito, as políticas públicas têm vindo a realçar, nas últimas duas décadas, a importância das temáticas de autoemprego e empreendedorismo como

¹ O trabalho por conta própria ou o trabalho independente, ou o autoemprego, apesar de ser reduzido no quadro das sociedades industriais de economia de mercado baseadas numa relação assalariada, tem vindo a ser estável e significativo ao longo dos tempos (Freire, 2005).

fatores potenciadores de crescimento económico e de emprego (COM, 2012, 2008, 2006), sendo visível o seu enquadramento nos respetivos quadros programáticos da *Estratégia Europeia 2020* e do *Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2012)*. Igualmente, estas modalidades flexíveis de emprego encontram-se associadas, pelo menos no plano discursivo, a um quadro de mudança de valores civilizacionais que preconiza a autonomia e a responsabilidade no trabalho como objetivos de realização profissional, em particular junto de segmentos populacionais mais escolarizados.

Neste sentido, o propósito do presente capítulo visa contribuir para uma discussão sobre as estratégias de autoemprego e empreendedorismo, enquanto modalidade alternativa de transição para o mercado de trabalho, por parte dos diplomados do Ensino Superior. A partir dos resultados do projeto de investigação “Percurso de inserção dos licenciados: relações objectivas e subjectivas com o trabalho” (PTDC/CS-SOC/098459/2008)², iremos nos centrar nos percursos profissionais definidos a partir de uma relação de autonomia e independência contratuais percebida pelos inquiridos oriundos da *coorte* de licenciados de 2004/05 da Universidade de Lisboa e Universidade Nova de Lisboa. Porém, ao se focar a análise nas condições e lugar da atividade por conta própria, em especial no autoemprego e empreendedorismo/ criação de empresa, nos processos de transição profissional na atualidade, identificam-se, em simultâneo, fatores de constrangimento e/ ou de oportunidade associados a esta modalidade alternativa de acesso ao mercado de trabalho.

A questão crucial que nos interessa aqui discutir consiste em perceber quais das modalidades de trabalho por conta própria são assumidas num registo de autonomia ou de subordinação contratual, ou seja, de independência ou dependência hierárquica (Pedersini e Coletto, 2010; Böheim e Muehlberger, 2006), ou mesmo de “involuntário trabalho independente” (Kautonen, *et al.* 2009). Importa perceber até que ponto os trabalhadores por conta própria são expressão de um projeto profissional de escolha individual, aproximando-se do ideário de se ser “empresário de si próprio”, ou “empreendedor”, tão em voga na atualidade.

² Coordenado por Miguel Chaves, este projeto de investigação visou analisar e interpretar as relações objetivas e subjectivas com o trabalho no processo de transição profissional de jovens licenciados há cinco anos, considerando a coorte de 2004/2005. Como se depreende, este projeto apresenta resultados de estudo mais abrangentes que ultrapassam os propósitos do presente texto.

Perante a vastidão e a complexidade desta temática, iremos estruturar o presente texto com o objetivo de: *i*) identificar as relações de (in)dependência nas situações de autoemprego e de empreendedorismo; *ii*) caracterizar as situações dos licenciados que declararam trabalhar por conta própria (com ou sem assalariados), tendo em consideração, por um lado, os traços de distinção do seu perfil sociodemográfico e, por outro, a heterogeneidade e sobreposição das suas modalidades de vinculação profissional; *iii*) propor uma tipologia de percursos de (in)dependência profissional “reconstruída” a partir da segmentação por género e área científica de formação.

1. Autoemprego e empreendedorismo: relações de (in)dependência profissional

Apesar de surgirem, em regra, associados os termos trabalho independente, autoemprego e empreendedorismo e serem usados como sinónimos da situação profissional de trabalhador por conta própria, estes não têm necessariamente o mesmo significado e, sobretudo, não representam condições e possibilidades de carreiras profissionais homogêneas para os atores sociais. Expressando “novas” formas de autonomia e independência e integrando as modalidades flexíveis e “atípicas” de trabalho e emprego em vigor, é relativamente consensual aceitar que o trabalho por conta própria contribui para uma crescente (in)visibilidade (Dornelas, Veloso e Guerreiro, 2010; Innerity, 2009) e subjetividade dos processos de vinculação económica, profissional e social, não só em termos das suas práticas sociais, como dos seus quadros de atuação e de orientações valorativas e simbólicas associadas.

Deste modo, sob a expressão de trabalho independente ou de autoemprego estão todos aqueles que declaram trabalhar por conta própria, podendo-se avançar que o seu principal traço distintivo reside no facto de se basear numa relação de “independência” contratual e de libertação dos constrangimentos organizacionais ou de uma subordinação hierárquica, sendo apenas sujeito aos constrangimentos de mercado (Supiot, 2001; OCDE; 2000; Burchel *et al.* 1999).

Porém, esta categoria social tem vindo a integrar diversas condições e estatutos profissionais que podem ir desde “empresário”, profissional liberal até ao pequeno comerciante, tornando opacas, assim, várias realidades de trabalho sob a mesma designação. Na verdade, o aumento das atividades de subcontratação e externalização de serviços (por exemplo, *outsourcing*) tem conduzido a que muitos dos trabalhadores se

encontrem, simultaneamente, dependentes económica e hierarquicamente da empresa com quem estabelecem essa relação contratual. Para estes casos, tem sido utilizada a expressão de “dependência do trabalho independente” (Böheim e Muehlberger, 2006) que representa todos os trabalhadores que providenciam um trabalho ou serviço no quadro legal de um contrato comercial ou civil, mas que estão dependentes ou integrados na empresa para a qual trabalham ou providenciam esse serviço. O que está em causa nesta situação é tirar partido de uma “zona cinzenta” entre trabalhadores independentes e dependentes em termos legais e económicos, levando a que outros autores utilizem a expressão de “quasi trabalhador independente”, “falso trabalhador independente”, “para-subordinação”, “empregado independente” ou mesmo “trabalhador independente híbrido” (Kautonen, *et al.* 2009: 113).

Ainda na sequência desta argumentação, o trabalho por conta própria pode, em certos casos, representar uma alternativa “viável” no sentido de ser um “involuntário trabalho independente” (Kautonen, *et al.* 2009)³ perante o (risco de) desemprego, sobretudo para os que procuram emprego, para os grupos com maiores dificuldades de inserção profissional ou, ainda, para os que se encontram numa situação vulnerável de potencial exclusão do mercado de trabalho. Nesta perspectiva enfatiza-se a dimensão “negativa” daqueles que se veem forçados a iniciar uma atividade independente, a criar o seu próprio emprego/ empresa. Destaca-se, assim, a dimensão involuntária subjacente à estrutura de motivações para a decisão de se tornar autónomo e independente.

Num outro registo de ambiguidades, encontramos os conceitos de autoemprego e empreendedorismo. Com efeito, muitos trabalhadores por conta própria veem-se como empreendedores e (potenciais) empregadores. Sendo uma modalidade de emprego conhecida do ponto de vista histórico associado a pequenos produtores, comerciantes liberais e agricultores “condenados a viverem nas margens da exploração capitalista” (Freire, 1994: 138), no atual quadro de flexibilidade e de crise do emprego típico, esta “reinventa-se” sob a denominação de empreendedorismo, assumindo particular

³ Apesar de também a este nível o consenso não imperar, como veremos, pela multiplicidade de expressões que têm sido avançadas. Em todo o caso, o que importa aqui reter é o facto de existir pouca investigação sociológica ou económica sobre este tema, sendo que o debate tem sido realizado sobretudo do ponto de vista de discussão teórica e académica.

importância no âmbito de políticas públicas de emprego e educação⁴, bem como nos debates dos especialistas das ciências de gestão e economia, e, mais recentemente, das ciências sociais. Também a este nível de discussão, o debate sobre o que se entende por empreendedorismo é amplo e nem sempre consensual⁵.

É inquestionável que a autonomia e a liberdade patentes na criação do seu próprio emprego, seja por resultar de um “espírito empreendedor” (COM, 2006) e desenvolvimento pessoal, seja por configurar uma alternativa de combate ao desemprego, constituem dimensões que explicam o aumento desta modalidade no mercado de trabalho, nas políticas governamentais de emprego, nos discursos ideológicos e no seu maior poder de atratividade social. Não obstante, tal como referimos, também a este nível de autonomia e independência não deixam de estar associados riscos de precariedade que se podem consubstanciar na menor proteção legal, nos baixos salários, na menor ou mesmo inexistente apoio sindical, na vulnerabilidade às flutuações conjunturais dos ciclos económicos, entre outros aspetos. Por sua vez, muitos destes empreendedores são “involuntários trabalhadores independentes” ou “dependentes trabalhadores independentes” ou, ainda, “falsos recibos verdes”, expressão comumente utilizada, porque exercem a sua atividade no seio de uma organização, tal como qualquer outro em situação de trabalhador por conta de outrem, e os riscos de subordinação e de dominação “subtil” que lhes podem estar associados apresentam-se reais e, em muitos casos, incontornáveis (Smeaton, 2003). A agravar esta situação, também é recorrente verificar que muitos destes trabalhadores se encontram em regime de dupla atividade (com horários a tempo inteiro ou parcial), como forma de compensarem os baixos rendimentos auferidos, contribuindo, assim, para a intensificação dos ritmos de trabalho e as consequências daí decorrentes na qualidade de vida.

2. Trabalhador por conta própria: heterogeneidade de perfis profissionais

⁴ Como já referimos, a vertente do empreendedorismo tem vindo a ser reconhecida como uma das vias possíveis de acesso ao mercado de trabalho, visível tanto pelas diretivas comunitárias, como pelas políticas nacionais (QREN) e orientações programáticas por parte das instituições de formação em sentido lato, incluindo as do ensino superior.

⁵ Temática vasta e complexa que não será aqui desenvolvida por entendermos que extravasa os objetivos específicos deste texto.

Como referimos no início, é nosso propósito analisar e interpretar a informação recolhida sobre a situação no trabalho dos licenciados que declararam trabalhar por conta própria (com ou sem assalariados). Para dar consistência ao argumento de que dentro deste processo de categorização se encontra realidades profissionais heterógenas, importa começar por se destacar os principais traços de distinção destes jovens após cinco anos da conclusão da licenciatura. Nesta reflexão, teremos em conta, por um lado, o perfil sociodemográfico dos trabalhadores por conta própria, e, por outro, as suas modalidades de vinculação profissional no momento da inquirição. Para este item, os referentes trabalho e emprego (Paugam, 2000) permitem mapear as diversas situações profissionais subjacente à categoria de trabalhador por conta própria.

2.1. Perfis sociodemográficos

A amostra completa dos inquiridos é constituída por 1004 licenciados provenientes de todo os cursos ministrados na Universidade Nova de Lisboa (40,5%) e Universidade de Lisboa (59,5%) e que concluíram as suas licenciaturas no ano letivo 2004/2005. Para a presente reflexão iremos privilegiar apenas a informação relativa aos licenciados inquiridos que declararam estar empregados e cuja atividade profissional é realizada por conta própria⁶. Dos 87,4% que se encontram empregados, 10,4% fazem-no na situação de trabalhador por conta própria (91 inquiridos), o que representa um valor próximo (ainda que inferior) ao obtido dos trabalhadores detentores do ensino superior para o contexto nacional (11,5%) (INE, PORDATA, 2012)⁷ e por outras investigações por nós

⁶ Utilizou-se a definição de trabalhador por conta própria (INE), como aquele que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como isolado ou como empregador.

⁷ A proporção de trabalhadores detentores de um diploma do ensino superior no conjunto da população que exerce uma atividade por conta própria tem vindo a aumentar significativamente na última década: em 1998, 4,4% e, em 2011, 11,5%. Já na comparação com União Europeia, Portugal apresenta um valor abaixo da média para os que detêm níveis de qualificação superior (ISCED 5 - 6): 11,9% contra 27,2% respetivamente. Em sentido contrário, Portugal apresenta proporções relativas superiores de trabalhadores com baixos níveis de qualificação (ISCED 0 - 2) em comparação com a UE (77,2% contra 25,8%, respetivamente) o que nos permite perceber que se trata de situações de trabalhadores que se situam no contexto de formas de autoemprego tradicionais.

realizadas (Marques e Moreira, 2011a, 2011b⁸; Marques, 2007⁹). Igualmente, para esta reflexão não será considerado um conjunto de outras situações profissionais ou formativas, tais como “desempregado” (2,4%), “inativo” (3,7%), “bolseiro” (5,5%) e “estagiário” (1,1%), já que nos remeteriam para uma reflexão com outros eixos de análise que, embora relevantes, requerem enquadramentos teóricos diversificados que não cabem nos objetivos do presente texto¹⁰.

Assim, iniciando por apresentar o perfil dos trabalhadores por conta própria, pode-se dizer que estamos perante uma categoria social que agrupa maioritariamente mulheres (70,3%), que ronda uma média etária dos 30 anos e que já apresenta uma autonomia residencial ao declarar coabitar com mulher/ marido (57,1%). Há, porém, indícios de recomposição das modalidades de entrada na vida adulta, com alguns dos inquiridos a declaram viver sós (16,2%) ou, em sentido oposto, viverem com os pais/ sogros (12,1%). Estes inquiridos espalham-se por três principais grupos de área de formação de nível superior: “Ciências Sociais, Comércio e Direito” (42,9%); “Artes e humanidades” 24,2%) e “Ciências, Matemática e Informática” (18,7%)¹¹. São poucos os que se encontram a trabalhar por conta própria detentores de um diploma nas áreas de Engenharia, Saúde e Educação, o que se explica, em grande medida, pela maior oferta de emprego, até então, por parte das empresas privadas e públicas, denotando um maior poder de absorção endógeno de licenciados nos últimos anos (Gonçalves, *et al.* 2009)¹² (cf. Tabela 1).

Estes primeiros resultados apresentam-se consistentes quanto à tendência já verificada noutros estudos (Marques, 2007, Marques e Moreira, 2011a, 2011b) de uma maior incidência destas “novas” modalidades independentes de trabalho junto de licenciados de áreas das Ciências Sociais e Humanidades, incluindo aqui também as formações na área do Direito, Economia e Gestão.

⁸ O projeto *Potencial de Empreendedorismo* regista 12,4% de trabalhadores por conta própria (trabalhador independente/ empresário).

⁹ No estudo conduzido em entre 2006-07, no âmbito do projeto *MeIntegra*, foi-nos possível registar que 12% do total dos licenciados entrevistados pela Universidade do Minho declaravam encontra-se numa situação de trabalhador por conta própria (trabalhador independente/ empresário) (Marques, 2007).

¹⁰ Tais como, por exemplo, a problematização do desemprego, as outras e diversas formas de trabalho que integram dimensões informais de trabalho e/ou consideradas “invisíveis” (Dornelas, Veloso e Guerreiro, 2011).

¹¹ É necessário ter presente que se trata de um estudo focado em duas universidades – Universidade de Lisboa e a Universidade Nova de Lisboa – pelo que na nossa reflexão se joga o tipo de licenciaturas que aí são disponibilizadas. Em todo o caso, estas universidades apresentam um leque quase completo de todas as áreas científicas consideradas no universo da formação superior portuguesa.

¹² Esta análise sofre, em certa medida, de um viés pelo facto de no momento da inquirição não se fazerem sentir de forma tão premente os efeitos da crise económica em Portugal e, em especial do aumento das taxas de desemprego junto dos jovens e da emigração.

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico de distinção dos trabalhadores por conta própria

Indicadores		N	%
Sexo	Feminino	64	70,3
	Masculino	27	29,7
	Total	91	100,0
Idade	Média		30, 04 anos
	[Mínimo; Máximo]		[26 anos; 44 anos]
	Desvio-padrão		3.571
Área científicas de formação	Educação	5	5,5
	Artes e Humanidades	22	24,2
	Ciências Sociais, Comércio e Direito	39	42,9
	Ciências, Matemática e Informática	17	18,7
	Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	3	3,3
	Saúde e Proteção Social	5	5,5
	Total	91	100,0
Coabitação	Mulher/marido	52	58,4
	Filho(s)	5	5,6
	Pais/ Sogros	11	12,4
	Outros familiares/ não familiares	6	6,7
	Vive sozinho	15	16,9
	Total	89	100
Família de origem ¹³	EDPL	40	44,0
	PTE	25	27,5
	TI/TIpl	6	6,6
	AI	1	1,1
	EE	11	12,1
	OI	5	5,5
	AEpl	1	1,1
	N/classif.	2	2,2
	Total	91	100,0

Fonte: Questionário aos licenciados da UL/UNL em 2010 (PTDC/CS-SOC/098459/ 2008)

Por fim, é de realçar a presença de inquiridos que integram, na sua família de origem, pais que se localizam em termos de classes sociais na de “Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais” (44%), seguida pela de “Profissionais Técnicos e de Enquadramento” (27,5%) e “Empregados Executantes” (12,5%). As outras pertenças são residuais no conjunto das classes sociais de origem dos inquiridos. A tese de reprodução social e do papel da família de origem quanto à decisão de enveredar por uma “carreira” profissional autónoma e independente parece ter algum potencial explicativo considerando estes resultados. A geração de disposições individuais estruturadas em torno de valores e crenças (por exemplo, confiança, otimismo, gosto pelo risco), pela aprendizagem e socialização familiares, constitui uma dimensão cognitiva que poderá ser

¹³ Para esta operacionalização foram seguidas as propostas avançadas por Machado *et al.* (2003).

favorável à emergência de atitudes potenciadoras de experiências empreendedoras e autónomas. Sabe-se da importância que pode jogar, neste contexto, o capital social, a importância dos laços de família ou de outras relações íntimas na decisão de se enveredar por uma carreira profissional de criação do próprio emprego/ empresa (Marques e Moreira, 2011b).

Em síntese, dos principais traços de caracterização destes trabalhadores por conta própria, retenham-se os seguintes: carácter acentuadamente feminizado, juventude relativa, detentores de diplomas em ciências sociais, comércio e direito, bem como de artes e humanidades e localização, preferencialmente, em famílias de origem com relativo elevado capital económico, escolar e simbólico. Estes traços afastam-se dos que tinham sido identificados por outros estudos, seja da análise realizada por Freire (1995)¹⁴, seja da análise focada noutros países como, por exemplo, Inglaterra (Böheim e Muehlberger, 2006). Aí, os traços com maior destaque tinham sido organizados em torno de uma certa “masculinização” do perfil e da “maturidade” em termos de idade e antiguidade dos trabalhadores independentes (Freire, 1994: 142-143). A única distinção da situação inglesa face à portuguesa residia no facto de lá serem mais “habilitados” com um diploma universitário (Böheim e Muehlberger, 2006: 13), ao passo que cá detinham as habilitações básicas obrigatórias à época.

Veremos de seguida que a categoria social de trabalhador por conta própria apresenta uma heterogeneidade de situações de autonomia e independência profissionais que importa analisar com maior profundidade.

2.2. Heterogeneidade e sobreposição de situações profissionais

Para tentar mapear as situações profissionais dos inquiridos que declararam trabalhar por conta própria, destacando, em especial quer a sua heterogeneidade, quer as possíveis zonas de sobreposição (i.e. de opacidade e/ ou desconhecimento dos limites formais de uma relação laboral), iremos privilegiar as seguintes dimensões analíticas

¹⁴ Lamenta-se a ausência de estatísticas disponíveis do Censo 2011 sobre esta realidade específica. Com efeito, dispomos apenas da análise realizada por Freire (1994, 1994) - e não tendo conhecimento de outras similares mais recentes - em que analisa as distribuições dos trabalhadores por conta própria considerando as estatísticas dos Censos 1981 e 1991, incluindo os resultados de um inquérito aplicado a uma amostra por quotas ao universo da população ativa empregada de mais 14 anos.

delimitadas em torno de quatro oposições estruturantes das modalidades de vinculação profissional¹⁵. Estas são:

- a) Relação de independência contratual ou subordinação face à autoridade de um empregador, a partir da informação de que os trabalhador por conta de própria detém, ou não, um contrato escrito de trabalho e qual a natureza do mesmo¹⁶;
- b) Ser singular e único responsável pela sua atividade profissional ou apresentar-se como detendo trabalhadores sob supervisão e responsabilidade (sem que sejam familiares), aproximando-se aqui do conceito de empresário (incluindo, ainda, a informação do tipo de empresa/ organização);
- c) Inserção em sectores de atividade que poderá apontar para modernos registos de profissões que se associam à inovação/ criação de serviços e bens, distanciando-se de atividades que configuram referências tradicionais, como por exemplo, pequenos comerciantes, executantes autónomos (*e.g.* eletricitas, mecânicos) e profissionais liberais;
- d) Estratégias de “instalação” por conta própria a partir do tipo de recursos mobilizados: iniciativas baseadas na criação de empresa ou próprio emprego, prestação de uma atividade a título individual, respostas a anúncios, redes familiares e interpessoais de conhecimento, entre outros.

Em relação à informação disponível para a dimensão de autonomia/ subordinação hierárquica, pode-se avançar com algumas precisões quanto à dependência de trabalhadores independentes. Vimos que uma das consequências das estratégias de flexibilização da mão-de-obra hoje seguida por uma grande parte das empresas passa por recorrer à subcontratação individual ou através de empresas mediante um contrato de prestação de serviços (cf. tabela 2).

Os inquiridos que declararam trabalhar por conta própria são maioritariamente pertencentes ao grupo profissional de especialistas das profissões intelectuais e científicas (68,1%), sendo apenas 17,6% os que se inserem no grupo profissional dos Quadros Superiores da Administração Pública e, em menor percentagem, no grupo de Técnicos e

¹⁵ Estas dimensões analíticas permitem-nos reforçar o argumento já avançado por Assunção (2008: 7) sobre a relevância de se proceder à “clarificação das relações entre as noções de empreendedor, autoemprego e de pequena propriedade”.

¹⁶ A independência contratual é definida pela observância dos seguintes itens: o trabalhador não obedece a uma hierarquia dentro da empresa, não cumpre um horário de trabalho por esta estipulado; não exerce a sua actividade nas instalações da empresa e não usa as ferramentas de trabalho fornecidas pela mesma. Como não detemos informação sobre estes itens em específico, a independência contratual será aferida apenas pelo tipo e natureza de contrato.

Profissionais de nível intermédio (11%). São residuais, na nossa amostra de inquiridos, situações de subqualificação profissional.

Dotados de qualificações superiores, estes “novos profissionais” desempenham a sua atividade na base de uma subordinação jurídica e, provavelmente real, pela referência à existência de um contrato de trabalho escrito (31,9%). Destes, a forma do contrato reparte-se pela figura de contrato de prestação de serviços (41,1%), trabalho sem termo (34,5%) e a termo certo (24,1%). No caso de não terem um contrato de trabalho escrito, 83,6% dos inquiridos declararam passar “recibos verdes”. Independentemente de não nos ser possível controlar a amplitude semântica da expressão “termo”¹⁷, associada ao contrato de trabalho, bem como da pressão social e profissional de refúgio ou recusa na explicitação do tipo de vínculo contratual por parte do inquirido, é admissível que, mesmo com as devidas cautelas, estes resultados sejam significativos da manifestação de, por exemplo, “falsos”, “dependentes”, “involuntários” trabalhadores independentes. Igualmente, também, é admissível que estes resultados preliminares possam ser indiciadores de registos de práticas profissionais que caracterizam trabalhadores por conta de outrem, i.e., num registo de dependência formal, que combinam práticas de independência profissional, seja em forma de duplos empregos “não declarados”, seja como fontes de rendimentos paralelos aos auferidos por relação à atividade profissional considerada principal.

Tabela 2 – Principais modalidades de vinculação profissional dos trabalhadores por conta própria

I. Autonomia/ subordinação hierárquica		N	%
Grupo profissional (CNP)	Quadros Superiores da Administração Pública	16	17,6
	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	62	68,1
	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	10	11,0
	Pessoal Administrativo e Similares	1	1,1
	Pessoal Serviços e Vendedores	1	1,1
	Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	1	1,1
	Total	91	100,0
Titular de um contrato de trabalho escrito	Não	62	68,1
	Sim	29	31,9
	Total	91	100,0
Se sim, que tipo de contato?	Contrato de trabalho sem termo	10	34,5
	Contrato de trabalho com termo	7	24,1
	Contrato de prestação de serviço	12	41,1
	Total	29	100,0

¹⁷ Sabe-se que, num registo oral, estas expressões são muitas vezes alvo de confusão que podem expressar sentidos diferentes do seu enquadramento jurídico.

Se não, emitia “recibos verdes”?	Sim	51	83,6
	Não	10	16,4
	Total	61	100,0
II. Singular/ empresarial		N	%
Direção	Sem trabalhadores	67	74,4
	Com trabalhadores	23	25,6
	Total	90	100,0
Dimensão	1 Trabalhador	7	30,4
	2 a 3	11	47,8
	4 e mais trabalhadores	5	21,8
	Total	23	100,0
Tipo de empresa	Empresa privada em geral	45	51,1
	Empresa privada unipessoal/ nome individual	33	37,5
	Empresa pública ou mista	5	5,7
	Organismos da Administração pública	4	4,5
	ONG/ IPSS	1	1,1
Total	88	100,0	
Duração semanal do trabalho	Até 34h	17	20,0
	35h-40h	28	32,9
	44h-60h	36	42,4
	Mais 61h	4	4,7
	Total	85	100,0
III. Inserção em sector de actividade		N	%
	Justiça	24	26,7
	Serviços prestados às empresas	19	21,1
	Serviços artísticos e culturais	12	13,3
	Educação	11	12,2
	Saúde e Acção social	11	12,2
	Comércio, restaurantes e hotéis	8	8,9
	Transportes e Comunicações	3	3,3
	Bancos e Seguros	1	1,1
	Indústrias transformadoras	1	1,1
	Total	90	100,0
IV “Instalação” por conta própria		N	%
Recursos mobilizados	Criação de empresa ou próprio emprego	23	27,7
	Prestação de uma actividade a título individual	22	26,6
	Respostas a anúncios/ concurso	19	22,9
	Redes familiares e interpessoais	13	15,6
	Outros	6	7,2
	Total	83	100,0

Fonte: Questionário aos licenciados da UL/UNL em 2010 (PTDC/CS-SOC/098459/ 2008)

Quanto à segunda dimensão de análise (cf. Tabela 2), é possível verificar que 74,4% dos trabalhadores por conta própria fazem-no num situação de serem os únicos e responsáveis pela sua atividade profissional. Já 25,6% referem que têm trabalhadores sob supervisão e responsabilidade, que podem, na maioria dos casos, ir de 1 a 3 trabalhadores (78,2%). Pode-se presumir que, para alguns destes inquiridos, a atividade é exercida no quadro de microempresas – empresas privadas em geral (51,1%) - ou enquanto micro-empresendedores (Portela, *et al.* 2007), considerando, sobretudo, que assumem os riscos de autossuficiência económica (risco empresarial) pela responsabilidade de gerirem uma empresa privada unipessoal/ em nome individual (37,5%).

Face às pressões de sobrevivência do “negócio”, este segmento populacional apresenta uma elevada intensificação do ritmo de trabalho e de horário laboral, em que 42,9% declaram uma duração semanal de trabalho entre 44h a 60h. Estas longas jornadas de trabalho tinham sido já evidenciadas pelo estudo de Freire (2005); no entanto, atualmente, estes horários de trabalho permanecem como um dos traços relevantes da qualidade das condições de trabalho para a maioria dos países europeus (Pedersini e Coletto, 2010). Tal pode explicar-se pela agudização das condições económicas de concorrência, que exigem longas durações de trabalho para assegurar a subsistência no mercado, pelo maior investimento em tempo nos anos iniciais de negócio para, mais tarde, vir a ter o retorno (*e.g.* mais clientes, diversificação do atividade, maior enriquecimento, preparação da reforma). Enquanto expressão insidiosa de “dominação subtil” pela liberdade de escolha do horário de trabalho, esta absorção pela dimensão profissional – extravasando outras dimensões da vida privada e/ ou familiar - não deixa de se associar ao risco, à vulnerabilidade e à instabilidade comuns a muitos dos trabalhadores independentes.

A estrutura económica tem vindo a transformar-se por força da introdução de novas tecnologias que permite, entre muitas outras coisas, desmaterializar parte da produção de bens/ serviços, que não exige mais uma estrutura convencional de organização (em termos de espaços físicos, por exemplo), permite relativizar as economias de escala e faz surgir novos operadores e pequenas empresas com maior flexibilidade em lidar com mudanças radicais. A literatura sobre inovações, que geram novas e mais pequenas empresas, que potenciam novas profissões e perfis de competência, é vasta. Assim, ao se analisar o sector de atividade em que os inquiridos se inserem (cf. Tabela 2), verifica-se que são as atividades relacionadas com a justiça (26,7%), os serviços prestados às empresas (21,1%), os serviços artísticos e culturais (13,3%), a educação (12,2%) e a saúde e ação social (12,2%) que mais contribuem para caracterizar estes “novos profissionais”, ou seja, estes (in)dependentes trabalhadores. Ao mesmo tempo, afastam-se, em grande medida, da imagem tradicional do pequeno produtor, do agricultor, do artesão, do comerciante, do “biscateiro” muito ligado a sectores económicos pouco qualificados.

No que diz respeito à última dimensão que capta a heterogeneidade e a sobreposição das situações profissionais dos inquiridos (cf. Tabela 2), a mobilização de recursos para a “instalação” por conta própria permite-nos reforçar parte dos argumentos já avançados. Um deles sublinha a distinção que se poderá avançar agora, com um pouco mais de

consistência face à informação disponível¹⁸, entre os que declararam criar uma empresa (próximo da ideia de empreendedor) ou o seu próprio emprego (27,7%), dos que prestam uma atividade a título individual (26,6%), podendo, neste caso, fazê-lo como um trabalhador independente. Para uma hibridez de situações no que diz respeito aos recursos mobilizados na entrada na vida ativa, acresce ainda as formas mitigadas que passam pelas respostas ao anúncios/ concursos públicos (22,9%) e ao uso de redes familiares e interpessoais (15,6%).

3. Aproximações a uma tipologia de percursos de (in)dependência profissional

Sabe-se que as diferentes situações profissionais dos inquiridos que declaram trabalhar por conta própria, após cinco anos da conclusão da sua licenciatura, podem ser perspectivadas no tempo do “ciclo de vida” destas experiências tendo em consideração três momentos: 1) a sua situação durante a licenciatura; 2) um ano após a conclusão da licenciatura; 3) e três anos após a conclusão da licenciatura. Para isso, iremos sistematizar a informação obtida naqueles três momentos prévios à situação atual declarada pelos inquiridos. A análise que se pretende fazer terá de ser assumida como uma “aproximação” longitudinal dos percursos profissionais¹⁹, sendo que se irá privilegiar a sua segmentação por género e por área de formação científica (cf. Tabela 3).

Tabela 3 – Trabalhadores por conta própria em diferentes períodos temporais por sexo e área científica de formação

	Períodos temporais							
	Durante licenciatura		1 ano após		3 anos após		5 anos após	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Taxa de trabalhadores por conta própria (no total da amostra)	70	15,2	70	10,7	90	10,5	91	10,4
Sexo								
Feminino	38	54,3	49	70	62	68,9	64	70,3
Masculino	32	45,7	21	30	28	31,1	27	29,7

¹⁸ Outros estudos e investigações mais aprofundadas são requeridos para se avançar, com segurança, sobre os atuais padrões de novas formas de trabalho independente e que permitam captar a sua complexidade nas dimensões diversas da sua manifestação.

¹⁹ Em resultado da estrutura do questionário concebido no âmbito da investigação, a partir de vários blocos com a informação relevante em diferentes momentos do percurso do inquirido, apenas nos permitem estabelecer uma ligação “indireta” entre os diversos blocos.

Total	70	100	70	100	00	100	91	100
Área científicas de formação								
Educação	6	8,6	8	11,4	6	6,7	5	5,5
Artes e Humanidades	17	24,3	26	37,1	26	28,9	22	24,2
Ciências Sociais, Comércio e Direito	17	24,3	12	17,1	30	33,3	39	42,9
Ciências, Matemática e Informática	21	30,0	15	21,4	18	20,0	17	18,7
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	4	5,7	2	2,9	1	1,1	3	3,3
Saúde e Protecção Social	5	7,1	7	10,0	9	10,0	5	5,5
Total	5	100	70	100	90	100	91	100

Fonte: Questionário aos licenciados da UN/UNL em 2010 (PTDC/CS-SOC/098459/2008)

Antes de mais, observa-se, à exceção das ciências sociais, uma diminuição progressiva da taxa de trabalhadores por conta própria ao longo dos cinco anos. Do ponto de vista da distribuição por sexo dos inquiridos por conta própria ao longo dos diferentes períodos temporais, predomina a presença feminina, assumindo maiores proporções relativas 1 ano após a conclusão da licenciatura e após cinco anos. Apenas durante a licenciatura se observa uma tendência “masculinizante” que atinge os 45,7%.

Quanto à sua distribuição por área científica de estudos, verifica-se que há algumas oscilações em função dos períodos temporais considerados. Se durante a licenciatura, parece ser mais expressiva a proporção relativa de inquiridos provenientes da área científica das ciências, matemática e informática (30%), mesmo que seja acompanhado de perto por outros inquiridos de áreas como artes e humanidades e ciências sociais, comércio e direito (cada com 24,3%, respetivamente), já nos períodos subsequentes esta proximidade é relativizada. Com efeito, um ano após a conclusão da licenciatura, são os inquiridos de áreas científicas, como artes e humanidades que apresentam uma proporção relativa mais significativa (37,1%), e nos três e cinco anos após a licenciatura, essa posição é ocupada pelos detentores de licenciaturas em ciências sociais, comércio e direito, sendo no último período em análise que atinge quase 43% dos trabalhadores por conta própria.

Todavia, é relevante registar a nossa dificuldade em captar estes percursos no sentido de perceber até que ponto essas práticas registadas naqueles diferentes períodos temporais resultam²⁰: *i*) de “escolhas biográficas” intencionais potenciadas pelas estruturas de oportunidades de mercado (*e.g.* programas de apoio, políticas de suporte,

²⁰ Por insuficiência de informação e de relação entre os vários momentos aos inquiridos em si, não podemos avançar com hipóteses explicativas focadas nos movimentos de entrada e saída deste estatuto, se encerramento ou abertura de negócio/ criação de emprego, entre outros aspetos. Muito menos será possível avançar com explicações sobre fatores motivacionais, dificuldades ou bloqueios enfrentando pelos inquiridos, perspetivas futuras ou projetos profissionais.

financiamento de risco, formação especializada); *ii*) de constrangimentos por “necessidade” de inserção no mercado de trabalho (GEM, 2010), como alternativa ofensiva para escapar ao (risco de) desemprego; *iii*) de “moratórias intermitentes” entre emprego e desemprego, entre inatividade e formação profissional/ acadêmica (Marques e Gaio, 2010, Gonçalves, *et al.* 2009).

A aproximação a esta tipologia permite-nos, em termos heurísticos, reforçar a avaliação do trabalho principal atual dos inquiridos por conta própria. Ainda que se possa inferir, de forma indireta algumas tendências no sentido de conferir consistência aos percursos, vale a pena explorar as informações obtidas através do posicionamento médio face à avaliação de si-mesmo na relação com o grau de adequação com a licenciatura obtida, com o seu trabalho em geral e com aspetos particulares no confronto com o trabalho (cf. Tabela 4).

Assim, em termos gerais, é possível encontrar médias positivas quanto à considerável adequação da formação académica face ao desempenho profissional atual (7.46), bem como de muita satisfação quando considerada a atividade profissional geral (7.73). Será ao nível de alguns aspetos particulares do seu desempenho profissional que os inquiridos por conta própria declaram maiores reservas na atribuição de uma avaliação positiva. Estes são: “O meu trabalho permite auferir rendimentos elevados” (5.11); “O meu trabalho deixa tempo livre suficiente para fazer outras coisas” (5.31); “O meu trabalho tem boas oportunidades de progressão profissional e de carreira” (5.36); “O meu trabalho permite auferir rendimentos elevados” (5.51).

Tabela 4 – Grau de avaliação em relação à atividade profissional

Grau de avaliação	N	Média	Desvio-padrão
Avaliação do grau de adequação da atividade profissional à licenciatura*	90	7.48	2.999
Avaliação geral da atividade profissional**	90	7.73	1.907
Avaliação da atividade profissional quanto a***:			
✓ O meu trabalho é seguro e estável	91	4.95	2.571
✓ O meu trabalho permite auferir rendimentos elevados	91	5.11	2.326
✓ O meu trabalho tem boas oportunidades de progressão profissional e de carreira	91	5.51	2.588
✓ O meu trabalho permite aceder a uma condição social prestigiada	91	5.36	2.350
✓ O meu trabalho deixa tempo livre suficiente para fazer outras coisas	91	5.31	2.776
✓ O meu trabalho é interessante	91	7.87	1.784
✓ O meu trabalho permite adquirir novos conhecimentos	91	8.00	1.801
✓ O meu trabalho permite-me ter autonomia	91	8.34	1.621
✓ O meu trabalho permite ajudar outras pessoas	91	7.60	2.328
✓ O meu trabalho é útil à sociedade	91	7.92	1.863
✓ O meu trabalho permite-me manter autonomia financeira face aos meus pais	91	7.89	2.488

Fonte: Questionário aos licenciados da UN/UNL em 2010 (PTDC/CS-SOC/098459/ 2008)

* Médias obtidas para um conjunto de itens numa escala de 1 a 10, em que 1 significa “Totalmente desadequado” e 10 “Totalmente adequado”.

** Médias obtidas para um conjunto de itens numa escala de 1 a 10, em que 1 significa “Muitíssimo insatisfeito” e 10 “Muitíssimo satisfeito”

*** Médias obtidas para um conjunto de itens numa escala de 1 a 10, em que 1 significa “Discordo totalmente” e 10 “Concordo totalmente”.

O aspeto que merece uma atribuição claramente negativa diz respeito à posição face ao item: “O meu trabalho é seguro e estável” (4.95). Tal posicionamento crítico é revelar da perceção de riscos profissionais associados a sentimentos de precariedade e vulnerabilidade que atingem praticamente todos os grupos sociais, incluindo, jovens graduados.

Conclusão

Ao longo deste artigo procuramos testar o argumento de que parte de jovens detentores de uma licenciatura que declaram trabalhar por conta própria encontram-se perante novas modalidades de relação laboral definidas pela relação de autonomia e independência profissionais. É possível identificar quer uma tendência relativamente consistente de feminização deste tipo de trabalhadores, cuja empregabilidade assenta numa relação de (in)dependência profissional, quer uma tendência de segmentação por área científica de formação académica pelos perfis de autonomização da relação de trabalho – nas suas diversas modalidades e graus de (in)dependência – que incluem tanto as áreas *hard* na “transferência de conhecimento” (como, por exemplo, as tecnológicas

e técnicas) como as áreas *soft* (como, por exemplo, humanidades e ciências sociais). Assim, dos principais resultados obtidos, pode-se concluir pela heterogeneidade de perfis e situações de trabalhadores por conta própria, pela opacidade entre independência formal (*de jure*) e real (*de facto*) e pela proximidade à precariedade laboral por parte dos diplomados dado a menor proteção legal dos seus direitos sociais. Na verdade, hoje muito destes jovens apresentam uma subordinação real e formal, assumindo os riscos de uma atividade independente. Estes riscos tendem a estar associados a menores (ou mesmo nenhuma) proteção laboral, à desigual cobertura do sistema de segurança social ao longo do ciclo de vida ativa e de preparação de reformas (e.g. subsídio de desemprego, licença por doença, licença parental e outras licenças ligadas à conciliação trabalho-família, prestações de invalidez) e menor representatividade por parte dos sindicatos e órgãos coletivos de defesa dos interesses profissionais. A presença de formas de subordinação económica, profissional e social associa-se, assim, a manifestações crescentes de (novos) riscos profissionais reais e potenciais, exigindo que se desenvolvam e se profunhem estudos e investigações sobre esta temática.

Bibliografia

ATKINSON, J. (1987). La flexibilité de l'emplois sur le marché internes et externes de travail. in R. DAHRENDORF ; E. KOHLER; F. PIOTET. *Nouvelles Formes de travail et activité*. Dublin: Fondation Européenne pour l'Amélioration des Conditions de Vie et de Travail. pp. 3-48.

ASSUNÇÃO, F. (2008). Do emprego à empresa? Uma reflexão sobre o auto-emprego, a pequena propriedade e o empreendedorismo. *Mundos Sociais. Saberes e Práticas, VI Congresso Português de Sociologia*. Lisboa [http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/407.pdf]

BECK, U. (2000). *Un nuevo mundo feliz. La precariedad del trabajo en la era de la globalización*. Barcelona: Paidós.

BECK, U., BECK-GERNSHEIM, E. (2003). *La individualización: el individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas*. Barcelona: Paidós Ibérica Sage Publications.

BECK, U.; GIDDENS, A. e LASH, S. (1994). *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*. Oeiras: Celta Editora.

- BOHEIM, R. ; MUEHLBERGER, U. (2006). *Dependent Forms of Self-employment in the UK: Identifying Workers on the Border between Employment and Self-employment*. IZA Discussion Paper N°. 1963.
- BURCHELL, B.J., DEAKIN, D., HONEY, S. (1999). *The Employment Status of Individuals in Non-Standard Employment*. Department of Trade and Industry EMAR publications N° 6.
- DUBAR, C. (2000). *La crise des identités. L'interprétation d'une mutation. col. Le lien social*. Paris: PUF.
- COMISSÃO EUROPEIA (2012). *Entrepreneurship 2020 Action Plan - Reigniting the entrepreneurial spirit in Europe*. COM(2012)795.
- COMISSÃO EUROPEIA (2008). *Think Small First. Um Small Business Act para a Europa*. COM(2008) 394
- COMISSÃO EUROPEIA (2006). *Promover o espírito empreendedor através do ensino e da aprendizagem*. COM(2006) 33.
- DORNELAS, A.; OLIVEIRA, L., VELOSO, L., GUERREIRO, M. das D. (orgs.) (2010). *Portugal invisível*. Lisboa: Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL.
- FREIRE, J. (1995). *O Trabalho Independente em Portugal*. Lisboa: CIES-ISCTE.
- FREIRE, J (1994). O auto-emprego: alguns comentários sobre dados recentes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. CES, N° 40, pp.137-151.
- GALLAND, O. (2001). Entrer dans la vie adulte: Des étapes toujours plus tardives, mais resserrées. *Economie et Statistique*. (337-338), 13-36.
- GALLIE, D. (ed.) (2007). *Employment Regimes and the Quality of Work*. Oxford. UK: Oxford University Press.
- GEM (Global Entrepreneurship Monitor) (2010). *Global Report* [<http://www.gemconsortium.org>]
- GONÇALVES, C.M. (org.) (2009). *Licenciados, Precariedade e Família*. Porto: Estratégias Criativas.
- GUERREIRO, M.D.; ABRANTES, P. (2004). *Transições incertas. Jovens perante o trabalho e a família*. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- INNERITY, D. (2009). *Sociedade Invisível. Como observar e interpretar as transformações do mundo actual*. Editorial Teorema.

KAUTONEN, et al. (2009). Involuntary self-employment as a public policy issue: a cross-country European review. *International Journal of Entrepreneurial Behaviour & Research*. Vol. 16 No. 2, pp. 112-129.

KOVÁCS, I. (org.) (2005). *Flexibilidade de Emprego: riscos e oportunidades*. Oeiras: Celta Editora.

MARQUES, A.P. e MOREIRA, Rita (2011a). Empreendedorismo na Universidade do Minho. O potencial empreendedor dos diplomados do ensino superior numa perspectiva educativa. *Actas do II Encontro de Sociologia da Educação. Organização: Instituto de Sociologia FLUP*. Departamento Sociologia FLUP: Universidade do Porto, [URL http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/15247/4/ACTAS%28Educa%c3%a7%c3%a3o_2011%29.pdf]

MARQUES, A.P. e MOREIRA, Rita (2011b). Transição para o mercado de trabalho: empreendedorismo numa perspectiva de género. *Actas do XVII Encontro Nacional de SIOT – Emprego e Coesão Social: Crise de regulação e hegemonia da globalização*. APSIOT. Lisboa: Edição em Cd-Rom, [URL <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/17766/1/Transi%c3%a7%c3%a3o%20para%20o%20mercado%20de%20trabalho.pdf>]

MARQUES, A. P.; ALVES, M. G (org.) (2010). *Inserção Profissional de Graduados em Portugal: (Re)configurações teóricas e empíricas*. Vila Nova de Famalicão: Humus/CICS.

MARQUES, A. P. (2007). *MeIntegra - Mercados e estratégias de inserção profissional. Licenciados versus empresas da Região Norte. Relatório final*. Colecção DS/CICS: Universidade do Minho. [URL:<http://hdl.handle.net/1822/8633>].

MARQUES, A. P. (2006). *Entre o diploma e o emprego. A inserção profissional de jovens engenheiros*. Porto: Afrontamento.

OCDE (2000). *OECD Employment Outlook*. Paris: OCDE.

PAUGAM, S. (2000). *Le Salarié de la Précarité*. Paris: PUF.

PEDERSINI, R; COLETTI, D. (2010). *Self-employed workers: industrial relations and working conditions*. European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.

PORTELA, et al. (2007). *Estudo de Avaliação Prospectiva do Microempreendedorismo em Portugal. Relatório Final do Projecto*. Estudo financiado pela Medida 4.2 do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS).

REBELO, G. (2003). *Emprego e Contratação Laboral em Portugal: uma análise sócioeconómica e jurídica*, Lisboa: RH Editora

ROULLEAU-BERGER, L. (1999). *L'épreuve de précarité au cœur de la société salariale. Cahier Travail et Emploi, Travail-Activité-Emploi: une comparaison France – Allemagne*. Paris : La Documentation Française, pp. 51 - 60.

SENNETT, R. (2001). *A corrosão do carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar.

SMEATON, D. (2003). Self-employed workers: calling the shots or hesitant independents? A consideration of the trends. *Work, Employment and Society*, Vol. 17, n° 2, pp. 379-391.

SUPIOT, A. (2001). *Beyond Employment. Changes in Work and the Future of Labour Law in Europe*. Oxford: Oxford University Press.